

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

**08 de janeiro de 2014
(3.^a Audição)**

SEM REVISÃO FINAL

SUMÁRIO

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho (António Filipe) deu início à audição eram 11 horas e 30 minutos.

Após uma intervenção inicial, o Sr. Comandante José Manuel Moura (Comandante Nacional de Operações de Socorro desde dezembro de 2012) respondeu às questões colocadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. Coordenador encerrou a reunião eram 12 horas e 37 minutos.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Srs. Deputados, vamos prosseguir os trabalhos.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Vamos ouvir o Sr. Comandante Nacional de Operações de Socorro, José Manuel Moura, a quem agradeço a colaboração e presença nesta Comissão, pedindo desculpa por ter estado à espera este tempo todo para ser ouvido, mas de facto houve algum atraso nos nossos trabalhos.

Convido-o a fazer uma primeira intervenção, desejavelmente pelo período de 10 minutos, ao que se seguem as perguntas. Cada Grupo Parlamentar dispõe de 5 minutos para colocar questões e, depois, o Sr. Comandante disporá de igual tempo para responder.

O Sr. Comandante tem a palavra.

O Sr. Comandante **José Moura**: — Muito bom dia a todos, uma vez mais, muito obrigado Sr. Coordenador. Tinha preparado uma pequena apresentação, no seguimento do *e-mail* que me foi enviado, mas sendo certo que a Comissão esteve na Autoridade Nacional de Proteção Civil, eu tive oportunidade de fazer a apresentação daquilo que foi o balanço do dispositivo com o conjunto de indicadores que foi partilhado, e portanto eu tenho aqui a apresentação mas não irei repeti-la. Tenho aqui, não sei se faria ou não algum sentido porque o mote que me deram era falar sobre o combate, tentar demonstrar qual era o *modus operandi*, como é que as coisas hoje estão organizadas e como funcionam. Se for útil, proponho-me passar... Eu tenho aqui em *pen*...

Pausa.

Muito bem, tentando cumprir os 10 minutos, o que me propunha era, muito rapidamente, fazer uma breve apresentação de como estamos organizados e de como é que as coisas funcionam. De facto, a defesa da floresta é um desígnio nacional e nós, como tive oportunidade de dizer naquela reunião onde participei com os Srs. Deputados, há anos que temos no nosso sistema — e sobretudo na última década — resultados que foram alcançados muito favoravelmente e que, nalguns momentos, isso pode ter constituído um paradigma, no sentido de pensarmos que o problema dos incêndios florestais estava resolvido, e nada mais errado porque eles, estes anos que foram considerados como bons, foram conjunturais, e portanto não houve nenhuma medida que fosse tomada em função daqueles 2007, 2008 e depois 2005, como ano de piores. Estas condições extremas, a acumulação da biomassa aumenta o risco, e portanto estaremos na eminência destas alterações da normalidade da vida das populações, danos ecológicos e económicos importantes, o desencadear de situações de emergência. Veja-se os extremos que estamos a viver hoje, estamos com 60° C negativos em Boston e 54° C positivos na Austrália e portanto qualquer homólogo, com estas condições, serão também confrontados com situações extremamente difíceis, nomeadamente na Austrália, no âmbito da defesa da floresta.

Como sabemos, desde sobretudo 2005, e concretamente pela legislação produzida a partir de 2006 e sobretudo por um documento, para mim, que é determinante em toda a estrutura, que é o SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), que foi determinado que o sistema de defesa da floresta assentava nestes três pilares: o primeiro é a prevenção estrutural, operacional, e nós com o combate, sendo que os dois últimos com responsabilidade da tutela da Administração Interna e o primeiro da Agricultura. De facto, temos no terceiro pilar, o combate, o dispositivo integrado — suportado no SIOPS —, garante em permanência

esta resposta operacional com vigilância uma dissuasiva, uma detenção oportuna, um ataque inicial musculado que pretendo, mais à frente, tentar demonstrar de que forma é que está organizado.

Todos os anos, é produzida uma diretiva operacional nacional que tem carácter plurianual, é universal, permanente e inflexível, constitui-se como um instrumento de planeamento e organização, garante a arquitetura da estrutura de direção e regula a coordenação institucional. Direi que é um documento onde todos os agentes, independentemente da sua titularidade — GNR, Sapadores Florestais — todos os que concorrem para o sistema, têm que beber a partir deste documento, que é ratificado pela tutela e acaba por ter força de lei para todos aqueles agentes que concorrem para o sistema — serve de base à elaboração de todos os planos de resposta operacional de todos os agentes. A característica deste documento é simples, porque é elaborada de forma concisa para ser entendido por todos, é dinâmica, porque é atualizável em função, quer da evolução qualitativa, quer quantitativa dos recursos e do risco, sendo que os recursos — mais à frente também tentarei demonstrar — não são rigorosamente aquilo que o Comandante Nacional, a cada momento, entende ser o possível e não o desejável, é adequada porque responde às necessidades e à realidade, e é precisa porque é clara na atribuição e na competência de responsabilidades. Sobretudo aqui, na competência de responsabilidades, muito por força deste documento do SIOPS que eu referi, que vem definir sobretudo a hierarquia de comando e controlo de todas as direções. Tem esta finalidade — definir a estrutura direção, comando e controlo —, um conjunto de princípios, o princípio de comando único — em cada momento, só há uma e uma única pessoa a comandar cada uma das operações, isso em nenhum momento pode ser confundido, e não é —, prever as missões para cada um dos intervenientes, preparar e organizar antecipadamente os meios para uma resposta integrada e permitir desencadear ações destinadas a limitar os

danos. As bases de atuação são estas: uma cooperação institucional porque são muitas as instituições que concorrem para o sistema, a coordenação das forças, a gestão da informação baseada no conhecimento, na experiência e na confiança. Os princípios são estes, prevenir o comportamento de risco; vigiar, detetar e avisar, e combater com rapidez e segurança. Os objetivos operacionais que estavam delineados no passado ano foram estes seis, sendo que os três primeiros era a permanente segurança das forças, pese o facto de termos o balanço que temos, de alguma forma dramático, do ano 2013 com as vítimas mortais, porventura a razão primeira porque estamos aqui.

O combate está suportado em todos aqueles que concorrem para o sistema, sendo que há aqui cinco *players* que são fundamentais, à cabeça, e por ser o mais determinante, sobretudo na sua força, que são os corpos de bombeiros e depois temos a Força Especial de Bombeiros, temos o Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da GNR — os que estão aqui a amarelo — os sapadores florestais, independentemente da sua titularidade: câmaras municipais, organizações de protetores florestais; a Afocelca, que é um aglomerado de empresas que têm um dispositivo que também concorre para o sistema no âmbito das celuloses, e portanto é um dispositivo que envolve todos.

Há pouco dizia — porque já na última reunião não deixei de focar isto — nós não temos o dispositivo que cada agente demonstra a sua disponibilidade a cada momento, ou seja, se compararmos Viana do Castelo, que tem 12 corpos de bombeiros, com Castelo Branco, que tem 12 corpos de bombeiros, em Castelo Branco conseguimos ter 40 equipas de combate que, com o dispositivo, de alguma forma suportamos e comparticipamos, em Viana do Castelo, com os mesmos 12 corpos de bombeiros, só conseguimos ter 12. E não há, mesmo dizendo: «Podem ter 30, 20», não há, porque não há recursos humanos, não há bombeiros e

portanto este é um problema estrutural, daí dizer na última reunião que, enquanto alguma da estrutura não for resolvida, isto não deixará nunca de ser um problema conjuntural. E portanto este quadro, que é o agente de proteção civil por excelência — que são os corpos de bombeiros — onde, à data de ontem, porque este número é dinâmico, tínhamos 27 000 homens no quadro ativo sendo que, no máximo, temos 9000 disponíveis em permanência durante todo o ano. Temos como mais ou menos boa notícia, estes sem quadro, que são estes 13 845 operacionais, sem quadro porquê? Porque são elementos aspirantes ou cadetes que estão a fazer o seu percurso para entrar na carreira de bombeiro, e portanto aqui há uma boa expectativa que, no futuro, haja alguma reposição destes quadros.

Quanto ao conceito, é a monitorização permanente que fazemos através do comando nacional com a nossa malha, quer os comandos de agrupamento, quer os 18 comandos distritais, que hoje têm esta organização por força da alteração da Lei Orgânica — que aconteceu no passado mês de junho —, portanto temos um comando nacional, temos cinco agrupamentos que estão aqui demonstrados no mapa de Portugal com estas cores: a azul, o Agrupamento Norte, que envolve os cinco distritos a Norte do Rio Douro, depois o Centro-Norte, imediatamente a seguir, com Aveiro, Coimbra Viseu e Guarda, o Centro-Sul com Leiria, Santarém, Portalegre e Castelo Branco, e depois o Sul com Lisboa, Setúbal, Beja e Évora, sendo que o Algarve constitui um agrupamento por si só. Aqui permitiria, desde já, dizer, que esta alteração à Lei Orgânica, quando cheguei às funções, o que estava em cima da mesa há mais ou menos um ano era a possibilidade, porque havia a indicação de termos um patamar supradistrital e a redução tinha que haver na estrutura. Recordo que tínhamos, nos quadros, 56 elementos na estrutura operacional, havia a figura dos adjuntos distritais — que foi extinta — e reduzimos de 56 para

45, isto por força daquelas questões da redução de lugares de dirigentes na Administração Pública, e foi criado o tal patamar supradistrital.

O que estava em cima da mesa, quando cheguei, o que estava desenhado pelo meu antecessor era uma coisa do tipo: haver estas cinco regiões, um grande comando regional e ficar uma antena em cada distrito. E, portanto, aqui, com alguma responsabilidade nossa, revertemos esta situação, que foi manter algum músculo em cada distrito com um comandante e um segundo comandante, e deixar para já uma antena em cada um destes agrupamentos e só uma pessoa. Não há um comando regional, há uma figura em cada um destes agrupamentos. Mais frente posso tentar explicar melhor, para tentar cumprir aqui os 10 minutos.

Dentro do conceito, a deteção precoce é determinante, e aqui a deteção precoce está assente noutra pilar, na prevenção estrutural da GNR (este ano tivemos o projeto-piloto com a monitorização da espectrometria ótica no Gerês, que também não conseguimos os resultados que entendíamos ser os mais desejados, muito por força da calibração do sistema); o despacho imediato de meios musculados de ataque inicial. Portanto, este é o desenho: tem que haver uma deteção oportuna, porque, a partir do momento que temos uma deteção, o Comando Distrital despacha imediatamente para o CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro) os meios e tem o máximo de 2 minutos para fazer o despacho de meios; e o ataque inicial assenta no princípio de que, até 20 minutos, temos de ter um meio na frente de fogo. Estas médias estão hoje nos 11 minutos e qualquer coisa, muito bom. Há distritos com médias de 6 e outros com 17, 18 minutos, com primeiras intervenções mais afastadas, e portanto este conceito está a ser cumprido hoje — isto é mérito dos meus antecessores, já estava a funcionar —, hoje, o difícil é manter o sistema com o conceito de triangulação, com os meios de que dispomos para manter o conceito de ataque inicial. O que eu, desde o princípio, e foi o meu grande

empenhamento, tem a ver com o ataque ampliado e aqui é que eu julgo que temos margem para poder melhorar.

A figura que temos em cada um dos momentos é sempre o Comandante de Operações de Socorro, que é o COS, é ele que comanda todas as operações e é constituído pelo Chefe da primeira equipa a chegar ao local, sem bombeiros no local, sejam da brigada helitransportada, dos sapadores, dos militares, do quer que seja. A partir do momento que temos uma equipa de bombeiros, quem comanda a operação é o mais graduado do corpo de bombeiros. Este é o sistema que temos instituído.

A situação complica-se? Então, é o Comandante da área de atuação própria, daquele concelho ou daquele município, que tem de assumir o comando da operação. Por ausência do Comandante da sua área de atuação, o comandante distrital deve indicar um comandante para fazer o comandamento daquela operação de socorro, leia-se, neste caso concreto, «incêndios florestais». E, no limite, a estrutura de comando de autoridade, através dos nossos comandos distritais, pode avocar o comando das operações. E, no ano passado, o avocar do comandamento das operações aconteceu em 170 incêndios dos 18 600, não chega a 1% dos incêndios avocados pela estrutura, 0,91% concretamente, para dizer que os mais de 18 500 foram devidamente comandados — e bem — pelos Comandantes dos corpos dos bombeiros. Em todas as operações, esta é a figura responsável por toda a operação, num dado momento, é ele quem a comanda.

Unidade de Direção Comando e Controlo tem a ver com a gestão dos meios e recursos, eficiência no combate, segurança das pessoas, proteção do património e aqui a Direção de Coordenação e Controlo tem a ver com esta estrutura de direção política, através da tutela, que chega ao patamar municipal aos seus presidentes de câmara. A estrutura de coordenação política tem a ver com as Comissões Nacionais de Proteção Civil, distrital,

municipal. As estruturas de comando são assentes no Comando Nacional e através dos respetivos comandos distritais. As Estruturas de Coordenação Institucional tem a ver com os Centros Coordenadores Operacionais que funcionam de uma forma conjuntural em função da ocorrência que temos em mão, assim, ao nível distrital ou nacional, é ativado o respetivo Centro Coordenador Operacional. Este é o conceito, ainda na Direção de Comando e Controlo, com as 18 equipas de posto de comando que estão instituídas em cada distrito, com oito equipas de âmbito nacional, duas de reconhecimento e 18 de âmbito distrital.

Quanto à eficácia e eficiência na gestão da informação, temos várias ferramentas para manter o cidadão informado. (permitam-me passar um pouco mais rápido aqui)

A recuperação contínua da capacidade de ATI em todo o território, isto é o quê? O ATI — que é o ataque inicial — está constituído até aos 90 minutos, ou seja, normalmente a autonomia que tem um aéreo ligeiro; o conceito de triangulação: uma viatura de cada um dos corpos de bombeiros mais próximos daquele raio de ação, com meio aéreo, e 90% dos incêndios são resolvidos aqui. Depois temos aquela «franja» dos 9% a 10% que fogem ao ataque ampliado, são aqueles que têm maior dimensão; e os que são aqui resolvidos, a recuperação do ATI é que esse meio aéreo que recolhe, não vai para ataque ampliado, ou seja, fica em *standby* precisamente porquê? Porque, naquele concelho, a probabilidade de podermos vir a ter um novo incêndio ou foco de incêndio é grande, e então era ficamos com esse registo para podermos intervir com esse meio, é a reposição.

O pré-posicionamento através de balanceamento de meios e recursos, sempre que tivermos informações que potenciavam o risco nalguns distritos, nós pré-posicionamos, balanceámos meios de distritos mais a Sul — neste caso para norte do Mondego este ano, em 2012 não foi tanto assim

—; o reforço rápido especializado de meios através de grupos de reforço, através de companhias, reserva nacional, de GRUATAS (Grupos de Ataque Ampliado) ou grupo de reforços normais; uma avaliação contínua e permanente do sistema: nós, através do comando nacional e dos 18 Comandos Distritais, permanentemente ligados à monitorização do sistema; as ações de melhoramento da resposta operacional: a identificação de pontos fracos, elencar um conjunto de propostas de melhorias e aumentar a resposta operacional. Ainda que não seja da nossa competência, porque a formação dos bombeiros há uma entidade com competência, que é a Escola Nacional de Bombeiros — a formação pedagógica é da sua responsabilidade —, mas o Comando Nacional entende, porque não confundimos formação com instrução, e a instrução, nos dias de hoje, está regulamentada, a responsabilidade é dos Comandantes dos corpos dos bombeiros. Podemos ter uma formação muito boa, mas se não praticarmos... Eu posso ir à Escola de Hotelaria do Estoril — permitam-me a imagem — fico formado a fazer pastéis de nata, mas se não for para casa treinar, nunca mais aprendendo a fazê-los. Estas ações de treino operacional, as 116 que provocámos no sentido de irmos ao encontro de algumas fragilidades, foi neste sentido. Criámos todos estas ações de treino operacional e inovámos em duas ou três, nomeadamente com as máquinas de rasto — foi o ano que mobilizamos mais, a ação operacional com mais máquinas de rasto —, Comandante de sector, Comandante de grupos de reforço e foi aqui que investimos nesta melhoria do treino que, este ano, pretendemos continuar a fazer.

As fases de perigo penso que os Srs. Deputados já dominam: Alfa, Bravo e Charlie, sendo que esta última é a pior; o número de empenhamento de meios — depois deixarei a apresentação para detalhar e para o entendimento que entenderem. O empenhamento, no limite, tivemos um pico de 9337 operacionais e 2172 equipas, ou seja, de todos os agentes,

tivemos um pico neste momento, em agosto, que era o pessoal disponível — independentemente dos voluntários —, que estavam disponíveis a cada momento. Os meios aéreos, este ano 45 — como eu demonstrei na outra apresentação —, tivemos o tal constrangimento que foi a inoperacionalidade dos *Kamov*, foram mais de 2000 horas, e isso concorreu para um constrangimento significativo, o que veio demonstrar que estes 45 meios aéreos, na prática, não foram, foram menos. Meios aéreos de coordenação, também com o *C-295*, que foi mobilizado.

Esta é a cobertura nacional dos meios aéreos, quer de ataque inicial quer de ataque ampliado, em termos de planeamento. A cobertura nacional é feita com os *fire boss*.

Estas eram as nossas ideias-força, que, basicamente, era ter a cobertura nacional de ataque inicial, porque é aqui que temos de ganhar esta aposta, de ataque ampliado, ter a cobertura nacional, mas sabendo que é uma manta curta, porque, com os poucos meios aéreos de ataque ampliado que tínhamos, quando movimentávamos a Norte destapamos a Sul, o pré-posicionamento dos meios, a reserva nacional de meios terrestre e o reforço especializado de algumas equipas.

Foi introduzido em 2013 o tal projeto-piloto da monotorização assente na espectrometria ótica no Gerês, o avião *C-295*, que também tentei demonstrar na apresentação que, de facto, falta um *upgrade* técnico para que estas imagens que são, de facto, excelentes, que o *C-295* produz, possam chegar a cada posto de comando — falta aqui uma evolução técnica —; o tal reforço especializado que, este ano, a diretiva, nas máquinas de rasto, havia um fluxograma de como tinham que ser operacionalizadas — recordo que os municípios têm 132 máquinas de rasto e algumas delas não estavam devidamente aproveitadas ou, pelo menos, alguns dos Srs. Autarcas tinham dificuldades. Recordo-me de um incêndio em Alfandega da Fé, em que a máquina de rasto chegou ao limite do

concelho de Mogadouro, o Sr. Presidente da Câmara — ou o Sr. Vereador, não me recordo — não permitiu que ela avançasse para o concelho vizinho, e portanto estes limites virtuais de concelhos/distritos não podem existir porque o fogo não escolhe concelhos, não escolhe distritos, acontece em todo o lado. E a grande aposta, que foi nos grupos de ataque ampliado, por força do que aconteceu no ano anterior, basicamente são um *upgrade* dos grupos de reforço. Há uma renda que é paga a cada corpo de bombeiros, no sentido de termos uma disponibilidade e uma formação mais especializada em cada um dos elementos que constituem este grupo. Esta é a constituição, não tem nada de novo, o que tem é o compromisso que há entre o corpo de bombeiros e nós, no sentido de dizermos: «Queremos aquele fulano, que vá conduzido por um motorista que tenha curso de condução de todo-o-terreno, que tenha determinado tipo de condições (...)», esse foi o objetivo. Este foi o nosso compromisso, aqui as ocorrências globais, isto para dizer que nós, para além dos incêndios florestais, tivemos, no ano passado, uma média de 3500 ações de socorro diárias, e portanto isto é um esforço global do dispositivo, não são só fogos florestais que há na atividade no Comando Nacional de Operações de Socorro. Portugal sem fogos tem que depender de todos e não apenas de alguns.

Penso que ultrapassei o tempo mas tentei ser rápido. Peço desculpa pelo meu estado de gripe.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Percebeu-se o esforço de síntese que fez e, de facto, é uma apresentação extensa mas que vale a pena. Os Srs. Deputados vão fazer um esforço para recuperar o tempo.

Sr. Deputado Abel Baptista, tem a palavra.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Rapidamente e para recuperar tempo mas deixo ficar duas ou três notas e eventualmente umas clarificações.

Quero agradecer ao Sr. Comandante Nacional a disponibilidade para nos prestar estas informações.

A exposição que fez foi uma radiografia muito boa do que se passa, mas há duas ou três questões que nos devem preocupar, porque há situações que, pelo que o Sr. Comandante referiu, são basicamente aquelas que nos devem fazer «tocar os sininhos». Nós tivemos quase 10 000 operacionais no terreno, 2000 viaturas, 45 meios aéreos, fizemos um conjunto de ações e conseguimos controlar, numa fase inicial, 90 e tal por cento dos fogos, mas, mesmo assim, arderam cento e tal mil hectares. Ou seja, naquele bocadinho dos pouco mais que 1% que o Sr. Comandante referiu, é que está o problema.

Agora, em termos práticos, operacionais, como é que conseguimos resolver isto? O Sr. Comandante disse-nos aqui três ou quatro situações, que identifica bem — aliás, também já nos foram referidas —: não chega a formação, é preciso treino constante e esse treino tem que ser dado pelos corpos de bombeiros e obviamente que a primeira grande missão é evitar que alguém do dispositivo sofra um acidente e morra, a segunda é que alguém sofra com a vida e, depois, a que advém de tudo o resto, mas é aqui neste bocadinho que está o problema, não é? Pronto, então é aqui que nós temos que concentrar, se calhar, o nosso esforço. Eu gostava que o senhor pudesse fazer aqui, em perspetiva, qual é a sua opinião sobre esta matéria. O que é que nós aqui, Assembleia da República, órgão legislativo por excelência, mas também órgão fiscalizador da atividade do Governo, podemos recomendar ao Governo ou proceder em termos legislativos? Basicamente é isso.

Já sabemos a questão da prevenção estrutural, operacional, tudo isso, mas, ao fim e ao cabo, do homem do terreno, o que é que temos que fazer? E há aqui algumas questões que já foram levantadas, nomeadamente a ver com o *Estatuto do Bombeiro*, com questões fiscais, questões que têm a ver com a ligação dos bombeiros à aposentação, questões que já foram identificadas, mas parece-me que há outras que ainda não foram referidas, e era importante. Até referiu um caso que é do meu distrito, que é conhecido, é citado há anos suficientes, e acho que temos que fazer um trabalho junto com as autarquias e corporações de bombeiros do distrito de Viana do Castelo, porque não é normal existirem 12 corporações de bombeiros, e são o distrito com menos operacionais, com menos meios e com muitos incêndios e focos de incêndios. Porque não é normal também que, no caso concreto deste espaço territorial, esteja sempre à espera que seja o socorro nacional que vá lá fazer, também tem que fazer qualquer coisa, quer dizer, não posso estar sempre à espera do vizinho para me socorrer se não faço nada. Convém também que faça qualquer coisinha.

Mas basicamente, pretendia que o Sr. Comandante nos desse uma perspetiva para o tal bocadinho que falta, porque a eficácia resulta se for até àquele... E depois porque é que não resulta? É porque não podemos fazer o fogo controlado? É porque não podemos fazer ataque de forma diferente? É por não ter acessos? O que é que falta depois aqui, Sr. Comandante?

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Vamos fazer a ronda de questões e depois o Sr. Comandante responde, no final, a todas.

Sr. Deputado Pedro Lynce, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Começo por agradecer ao Sr. Comandante Moura e dizer que, já quando fomos recebidos pela

Autoridade, tinha ficado suficientemente esclarecido do vosso trabalho e, com este suplemento, penso que ainda foi mais esclarecedor.

O meu colega Abel Baptista foi muito feliz ao dizer: «Afinal o que queremos é o que é que nós podemos fazer para melhorar isto» e eu não tenho dúvidas. Provavelmente, até para ser mais rápido, eu apenas lhe vou pôr dois ou três raciocínios que vão ao encontro do que disse o meu colega — por isso acho que era perfeitamente dispensável — e um deles é: não temos dúvidas de que, hoje, a grande causa é a acumulação de biomassa, mas também estamos certos — aliás, o senhor disse-o e muito bem —, condições meteorológicas pouco podemos fazer a curto prazo, já a acumulação de biomassa e acumulação de biomassa. Condições meteorológicas, enfim, pouco podemos fazer a curto prazo. Já a acumulação de biomassa, temos a consciência de que, em clima mediterrânico, há especificidades próprias e há situações em que a biomassa também nos faz falta, por isso há que ter este cuidado, que certamente é completamente diferente dos países do Norte da Europa porque, caso contrário, sem não temos este cuidado, provavelmente a seguir, amanhã, temos a erosão, etc. — problemas graves que o senhor pôs, e muito bem.

As minhas perguntas são muito simples, duas situações talvez provocadoras. Uma delas é, até que ponto é que, face à sua experiência recente na estrutura que nos apresentou, faria algumas alterações? Na estrutura orgânica, disse «Sim senhor, face à minha experiência eu precisava reforçar aqui, diminuir aqui (...)», era uma pergunta. A segunda: tem-se falado muito no fogo controlado e na falta de formação para o mesmo. Pergunto, se fizermos este triângulo, nomeadamente juntando aqui a instrução, o que é que eventualmente podemos fazer. Se o fogo controlado, numa altura que não seria a zona rica dos fogos — vamos assim dizer, se é que se pode chamar a isto «rica» —, se isto não pode

servir também como instrução, enfim, como complemento dessa formação — partindo do princípio que a instrução é um complemento.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Muito obrigado.

A Sr.^a Deputada Isabel Oneto, tem a palavra.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Quero cumprimentar o Sr. Comandante José Moura, agradecer a sua exposição.

Sr. Comandante, relativamente à articulação do SIOPS com a Lei de Bases de Proteção Civil. O SIOPS, no fundo, concretiza um dos princípios da Lei de Bases — que é o princípio do comando único —, mas tem lá os outros princípios todos e a estrutura do sistema, não é? O SIOPS dirige-se ao princípio do comando único. Falou na questão da Alfandega da Fé e eu peço nessa questão, não no sentido de crítica mas de perceber exatamente porque é que não foi acionado o *Plano Distrital de Proteção Civil*? Se é preciso requisitar meios, e os meios têm que estar definidos no *Plano Distrital de Proteção Civil*, por que razão é que o plano não foi acionado. Não é? Porque se os planos municipais e distritais de emergência nos devem indicar o risco e os meios disponíveis, por que razão é que, não só nesse caso da Alfandega da Fé, mas também nas noutras situações complexas, não foi acionado? Porque é que não houve sequer notícia da reunião da Comissão Distrital, da Comissão Municipal, da Comissão Nacional de Proteção Civil, e porque é que os planos não foram acionados. E mais, são poucas as situações que, na nossa história recente em termos de Proteção Civil, existem, mas há a figura da Declaração de Situação de Alerta, que prevê precisamente a possibilidade de adoção de medidas preventivas numa situação excecional. Ora, apesar de a Lei ter os anos que tem, são duas ou três situações no máximo e não estão relacionadas com incêndios florestais, em que a situação de alerta foi declarada, e a situação

de alerta, contingência e calamidade existe precisamente para poder criar um conjunto meios excepcionais, para uma situação excepcional. E a situação de alerta pode ter várias interpretações, mas não tem que ser só declarada pelo Sr. Presidente de Câmara, a Lei não afasta a possibilidade do Comandante Distrital também o fazer. A questão é por que é que isto não funcionou? Ou seja, porque é que não há uma articulação do SIOPS com a Lei de Bases, que é aquilo que se verifica depois, porque a Lei de Bases estabelece a responsabilidade do patamar municipal, distrital e nacional, mas depois, em termos de combate, funciona o SIOPS, e aqui vamos ver em que termos é que funciona porque, ainda há pouco, o seu antecessor disse da dificuldade de constituição do posto de comando operacional, com todos os elementos deste, e se há essa dificuldade a nível do comando distrital, eu imagino ao nível das 99% ocorrências que não foram avocadas pela estrutura da Autoridade Nacional, imagino, então, aí, a dificuldade que existe, sendo certo que os incêndios nascem todos pequenos, depois é que crescem — exceto os que são fogo posto, como havia aqueles das linhas de alta tensão, sabendo da dificuldade de intervenção — mas regra geral é assim. Ora, se o posto de comando operacional, se a primeira intervenção — que são, como referiu, os bombeiros —, não falta lá também o resto da estrutura, para poder aconselhar em termos daquele combate? Porque, se não temos um posto de comando operacional pelo menos entre o grau intermédio, digamos, entre a primeira intervenção e o ataque ampliado, quando a Autoridade Nacional de Proteção Civil avoca, é porque já vai para o ataque ampliado e já está numa dimensão que, de facto, ultrapassou a capacidade daquela situação, mas a falta de capacidade também pode estar relacionada precisamente com a estrutura do posto de comando operacional, que não tem os meios adequados.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Comandante, quero cumprimentá-lo e agradecer a sua apresentação, que será um suporte muito importante neste Grupo de Trabalho.

Gostava de lhe fazer duas ou três questões. Primeiro, se considera que deve manter-se ou não a questão do período crítico e da época crítica, ou se devemos ter o ano inteiro como período crítico;

A sua apresentação hoje levantou-me, pela primeira vez, uma questão que, aliás, já foi colocada pelo Deputado Abel Baptista, porque nós, quando vemos estas coisas, parece que os meios vão para onde queremos que eles vão, ou estão onde queremos que estejam, e verdadeiramente não é assim. Hoje, pela primeira vez, «fez-se luz» nessa matéria, que julgo ser uma matéria que vale a pena aprofundar, que é: como respondemos a essa questão? Quer dizer, diz: «Viana só tem 12, Castelo Branco tem 40», quer dizer, eu não preciso de 40 em Castelo Branco e precisaria, provavelmente, de muitos mais em Castelo Branco, o que é que podemos fazer nessa matéria?

Disse também de uma forma que me pareceu muito correta: «Eu cheguei, encontrei uma determinada situação, agrupámos isto, criámos para já — a expressão é sua — uma antena», eu gostava de saber como é que vai evoluir o processo CADIS/CODIS, essa relação, e como é que isso, do seu ponto de vista, se relaciona com a possibilidade ou não, na sua opinião, de uma estrutura intermédia política, isto é, nós temos uma estrutura política, nacional e local, temos uma estrutura técnica, operacional que tem três níveis. Considera ou não que é possível ter também uma estrutura política intermédia?

Finalmente, se sente ou não necessidade de um gabinete de comunicação, isto é, olhamos para a sua apresentação e vemos que há trabalho e certamente foram os seus técnicos que o ajudaram a preparar...

O Sr. Comandante **José Moura**: — Sou mesmo eu a preparar.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Então, Sr. Comandante, está de parabéns, devo dizer que as suas apresentações são apelativas, ótimas... Gostava de saber se tem ou não necessidade de um gabinete de comunicação.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Sr. Comandante, 20 minutos de preferência.

O Sr. Comandante **José Moura**: — O Sr. Deputado Abel Baptista colocou a questão — e eu penso que, já na outra reunião tínhamos falado nisto — da estatística nisto dos incêndios, e sendo pós-graduado em estatística e análise de dados, esta questão vale o que vale, porque temos um incêndio em que arderam 15 000 ou 20 000 ha, como em Tavira, e depois temos 23 000 incêndios em que ardeu, em cada um, 1 ha, e são tratados da mesma maneira em termos estatísticos. Ou seja, nós temos 90% dos incêndios a que corresponde uma área ardida de 10% e depois temos 10% dos incêndios a que corresponde uma área ardida de 90%. Anos há em que é pior, como tinha aqui no *slide*, em 2012, em 12 incêndios são responsáveis por 39,9% a 40% da área a ardida. Portanto, a estatística nos incêndios é qualquer coisa que, até em termos internacionais, para estabelecer algum paralelismo até no âmbito da União Europeia, temos alguma dificuldade porque, por exemplo, a Espanha despreza abaixo de 1 ha — o que designamos ‘fogaz’, até 1 ha é considerado fogaz — e que o

Instituto da Conservação da Natureza contabiliza. Por exemplo, nós não contabilizamos, e não está aqui refletido, os incêndios agrícolas — e são muitos, este ano tivemos alguns, sobretudo no distrito de Beja e Évora — e com mobilização de meios muito significativo em termos de meios aéreos e terrestres, portanto a estatística — na questão que o Sr. Deputado colocou — é aqui no ATA, aquilo que coloquei quando assumi as funções, que é aqui que temos que evoluir, porque é no ataque ampliado. Se conseguirmos manter o paradigma do ataque inicial, onde resolvemos 90% dos incêndios todos os anos, está excelente! Então o que é que temos que fazer para dar o tal passo? Eu, este ano, só consegui introduzir a questão do GRUATA (Grupo de Ataque Ampliado) mas aqui, ao nível político ou da tutela, seja como for, temos que dar passos significativos. O distrito a que o Sr. Deputado pertence, que é o exemplo, Viana do Castelo, basta que tenhamos mais do que dois ou três incêndios e já estão a pedir ajuda. Portanto, se o distrito do Porto estiver afetado e Braga, que são vizinhos, lá vai ter de ir de Coimbra ou Leiria. Estão a ver? O balanceamento de meios é este.

Numa entrevista que dei — e alguns dos Srs. Autarcas parece que ficaram um pouco incomodados quando eu coloquei o «dedo da ferida» — disse que era importante, ao nível local, que cada um percebesse se, para resolver situações de rotina, se sente que, em termos de proteção e socorro, o seu município está à vontade. Evidente que, para situações de exceção, medidas de exceção. Se Viana do Castelo, neste caso, amanhã tiver uma situação de exceção, naturalmente que o patamar distrital tem que responder e, no limite, o patamar nacional e até, como foi este ano, o internacional — estiveram lá os *Canadairs* internacionais.

Para medidas de rotina — aquilo que é um incêndiozinho todos os dias — o patamar local tem que conseguir responder, porque se estão à espera que seja o princípio da subsidiariedade a funcionar para qualquer coisinha, então não o vamos conseguir no limite, porque todos vão precisar

desse tipo de resposta. Recordo-me de uma passagem em Viana do Castelo, em que houve um incêndio, que o meio aéreo foi a um ponto buscar água e uma senhora de alguma idade foi ao tanque, abriu o tanque e despejou a água toda que lá tinha. Eu já não sei se contei, quando foi à Autoridade o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. líder da oposição, mas eu contei este episódio e perguntaram logo, muito preocupados: «Então identificaram a senhora?», «Sim, tiramos uma coordenada à vertical e a senhora foi identificada, mas o que é que vão fazer à senhora? O que aquela senhora deu foi um sinal de que aquilo não era para apagar, ela queria que ardesse!» E portanto algumas das coisas que temos que fazer — e aqui entram os outros pilares — é, de facto, na prevenção estrutural. Tem que se ir ao encontro desta, das outras senhoras, e dos pastores que temos na Serra da Estrela e na Serra de Montemuro, perguntar-lhes: «Meus amigos, o que é que precisam para queimar?» porque, se gostamos muito do queijinho da serra todos os anos, temos que dar condições para que o gado tenha pastagem, e portanto aqui não tem a ver com o combate, tem a ver com prevenção, da mais elementar, e se o Sr. Deputado for compulsar alguns documentos da Assembleia da República de 2003/2005, isto está identificado. Este trabalho não é o combate que o tem de fazer. Agora, onde é que podemos aproveitar isto? Eu fiz isto no Parque Natural da Serra d'Aires e Candeeiros, enquanto Comandante Distrital de Leiria, em que, quando tínhamos alguma janela de oportunidade de queimar, levávamos lá bombeiros para fazer o treino/instrução, para lidar com fogo real. O meu antecessor contava que, quando foi o fogo de Tavira, antes desse incêndio, houve 7 ou 8 anos sem incêndios — houve em 2004 e depois aquele grande — e houve um conjunto de bombeiros que formados naquele IATO, que nunca tinham visto fogo. Nunca tinham tido fogo! E, quando o tiveram, foi logo uma coisa daquela dimensão, e portanto muitos assustaram-se. Eu devo dizer que agora, quando cheguei ao Caramulo e avoqueei o comando

de operação, o incêndio tinha 52 km de perímetro e metia medo. Aquilo era um bicho que estava ali à solta, e quem disser o contrário está a querer... E portanto, esta é uma medida que o Sr. Deputado me perguntava o que é que podemos fazer e penso que, neste pilar, há muito a fazer. Nesta equação, estamos no fim da equação, o combate, só aparecemos quando tudo a montante falhou.

Quanto ao fogo controlado, não pode ser a panaceia de tudo: não tenho dúvidas em afirmar que muitos problemas dos incêndios que tivemos este ano, foram provocados por situações de fogo, não é controlado, é descontrolado, qualquer pessoa entendia que era perito para pegar fogo e punha-se a fazê-lo, porque o contrafogo, «Tenho um fogo lá em cima, no monte, não tenho meios, faço fogo em baixo, este teoricamente anula-se com aquele» e nada mais errado. Para haver uma ação de contrafogo, tem de se avaliar um conjunto de variáveis muito significativas. Para já, se estou informado com os dados da meteorologia. Eu, quando resolvi o incêndio do Caramulo, foi com uma janela de oportunidade que tive entre a 1 e as 7 horas da manhã, que o vento ia mudar. Tínhamos ali uma entrada de Noroeste, com entrada da humidade vinda do mar. Tive que avisar todos os comandantes do sector: «Meus amigos, a partir da 1 hora da manhã é que nós vamos ter aqui (...)», e colocámos os meios porque, se continuasse de Leste, não iríamos resolver. Ora, nós temos um conjunto de pessoas a fazer ações de contrafogo, o tal fogo controlado, que não atende a nenhuma variável, é «o fogo está ali e eu meto aqui». Aliás, até os próprios GAULF reconheceram no relatório que fizeram — são peritos e estão certificados para fazer ações de fogo — que tiveram ações que não correram bem, que vieram concorrer para o aumento do incêndio. Passámos a ter fogos com frentes de 5 a 10 km em algumas situações. Isto acontece porquê? Porque há variáveis que não estão no nosso domínio, o fogo tem esta circunstância

que só ataca, não defende. Esta é uma guerra que estamos a lidar com um inimigo que só ataca, portanto aqui não temos defesa nenhuma.

O Sr. Deputado Pedro Lynce foi muito direto quanto à estrutura, se eu propunha alguma alteração. Esta estrutura funciona desde junho e teve este *handicap* de cair num ano muito difícil e foi colocado «o dedo na ferida», nomeadamente nesta questão do Comandante de Agrupamento — nos CADIS —, sendo injusto estar a fazer uma avaliação em cima de um ano como este, porque eu, quando configurei esta ideia do CADIS, não era para ir apagar fogos. A base fundamental é que temos 18 distritos mas, em algumas circunstâncias, temos 18 ilhas, ou seja, as coisas não estão tão parametrizadas. Há distritos que têm um trabalho excelente junto das autarquias e municípios, e tudo isso se reflete nos resultados porque, quando é a hora do aperto, «toca-se a campainha» e têm o Presidente de Câmara do outro lado ou o serviço municipal muito bem organizado, e há sítios onde isto não estava muito bem feito. O grande objetivo é que, em cada agrupamento, estes distritos se consigam uniformizar num conjunto de procedimentos — ao nível de *briefing*, nas ações de treino, uma panóplia no âmbito de comando e controlo —, para que podemos consigamos plagiar isto para o todo nacional, para termos todos os distritos a falar a mesma linguagem. É evidente, porque temos pessoas mais bem preparadas também nestas figuras, foram escolhidas para CADIS, das quais o Comandante que me antecedeu, é Comandante do agrupamento do Algarve e outros 4, também pessoas muito experientes, e portanto o objetivo é, no limite — e este ano tivemos situações limite — que tiveram que avocar algum comando, algumas operações, naturalmente as mais significativas — é isso que o SIOPS prevê. A Lei não prevê que vamos avocar aquilo que é «lana caprina», portanto, está reservado para nós o que tem mais músculo, aquilo que é mais significativo. Eu diria que, naquilo que está na estrutura operacional, não propunha alterar nada, propunha era — e se calhar está

dentro das questões que o Sr. Deputado referiu — «O que é que podemos fazer?», e temos a Lei n.º 65/2007, que prevê a figura do Comandante Operacional Municipal. Num trabalho que fiz para a Associação de Municípios há um ano/dois — um trabalho académico —, nós temos 30% dos comandantes municipais nomeados e a lei diz que, em cada município, há um comandante municipal — não sei se vincula ou não, se obriga, isso é conversa para Jurista, não é para mim — e há muitos municípios que entendem que não têm e que não estão nomeados. Esta figura do comandante municipal, como está na lei, depende do Presidente de Câmara, é nomeado pelo Presidente de Câmara é remunerado por uma tabela que o Presidente decide e portanto não há uma uniformização de procedimentos. Esta figura do comandante municipal, hierarquicamente, não depende da estrutura, não depende de nós, depende do Presidente de Câmara. No limite, não sei se isto no futuro — não será a curto prazo, mas a médio prazo — se esta figura do comandante municipal não terá que responder aos comandantes distritais e se, em cada município, não temos que ter, onde há municípios em que há um corpo de bombeiros — por exemplo, Sintra tem nove, mas com um comandante municipal e há concelhos com mais que um corpo de bombeiros —, naturalmente, por inerência da função, devia ser esse o Comandante Operacional Municipal, como acontece hoje onde há um corpo de bombeiros municipais, por inerência da função, é ele o comandante municipal; para poder resolver algumas das questões que a Sr.ª Deputada colocou porque, de facto, com a Lei n.º 1/2012, com a extinção dos Governos Civis, houve aqui um conjunto de competências que passaram para os comandantes distritais, que agora também se coloca, com a figura do CADIS — Comandante de Agrupamento — até devia ser a esse nível, e avocámos um conjunto de responsabilidades no âmbito da proteção civil que estavam na figura dos Governadores e que vieram para os comandantes distritais — já tentarei

responder melhor a isso. Isto para dizer que esta figura do comandante municipal, acho que esta Lei — permitir-me-ão esta ousadia, eu sou um técnico puro e duro, e portanto não tenho nada de político — que é, a figura do comandante municipal, da forma como está hoje instituído, não deixa de ser uma pessoa da confiança política de Presidente da Câmara e, saindo um, sai o outro. Agora houve autárquicas, saíram os que estavam, vêm outros, e portanto não há aqui uma continuidade nesta função. Vale a pena pensar se esta função não merece ser, toda ela, técnica, no sentido de haver uma hierarquia para chegar ao patamar municipal. Este é um, dentro daquele que foi o desafio que me lançaram, que também me permitiria dizer.

Quanto à outra questão do controlado, devo dizer que, da forma como hoje está, está completamente blindado porque hoje, para ser certificado em fogo técnico e em fogo controlado, tem que se ser licenciado nas ciências agrárias. Ora, são muito poucos aqueles das ciências agrárias, a não ser os Engenheiros florestais, e portanto aqueles que hoje estão quatro ou cinco pessoas, que estão nos GAUF, temos muita dificuldade em conseguir certificar outras pessoas. A Autoridade suportou um curso — pagou 7000 €— para certificar mais 20 pessoas, que ainda hoje falta fazer uma parte, precisamente porque — com a agricultura, ICNF e não sei quanto — é um processo que está muito blindado e, para certificar hoje alguém que possa fazer fogo controlado, não é fácil. Entendo que, no futuro, a figura dos comandantes — na sua formação inicial — devia ter uma variável relativa ao comportamento do fogo, para poderem fazer, também, algum fogo, mas não pode ser uma anarquia como alguns defenderam no período do verão: toda a gente a fazer fogo. Então se isto já foi o que foi, então se toda a gente pode fazer fogo, então isto... Não mandamos a toalha ao chão, mas há uma anarquia absoluta.

No incêndio de Vila Real dei por mim, quando lá cheguei, com uma listagem em que tinha lá desde bombeiros de terceira, a bombeiros de não sei quê, corpo de bombeiros, toda a gente a fazer fogo, o que consubstancia um crime, à luz da atual lei. Hoje, mal ou bem, só pode fazer fogo quem está certificado, que são os técnicos do ICNF. De facto, a mexer nalguma coisa — e com certeza também vão ter oportunidade de ouvir pessoas no âmbito da prevenção estrutural e, concretamente, do ICNF —, penso que esta é uma questão pertinente e que pode ser colocada.

A Sr.^a Deputada Isabel Oneto, levantou a questão SIOPS/Lei de Bases da Proteção Civil e por que razão não foi ativado o Plano Distrital de Proteção Civil. Respondo: porque não foi ativado nenhum plano municipal e, ao não ser ativado nenhum plano municipal, se pergunta a minha opinião, acho que mal. Houve condições para alguns terem sido ativados, mas os senhores autarcas — não por força de não ter sido sugerido a sua ativação — entenderam não ativar, nomeadamente em Alfandega da Fé, no Norte do país,...

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Mas não é condição acionar um para aciona o outro.

O Sr. Comandante **José Moura**: — Acho é que não faz sentido ativar um plano num distrito sem um municipal ativado, mas admito opiniões diferentes sobre esta matéria. Agora, não confundir isso com aquilo que é um CCON, como disse, nem com o nacional. A Comissão Nacional de Proteção Civil, para funcionar, funciona num determinado regime e o Centro Coordenador Operacional esteve sempre ativado, ordinariamente às terças-feiras e funcionou sempre que entendemos. Todos os oficiais de intervenção, de todas as forças, estiveram sempre na Autoridade Nacional de Proteção Civil em permanência: noite e dia, e

portanto todos aqueles que entendemos que, a cada momento, eram úteis para aquele processo, estiveram, e em cada distrito — nomeadamente o caso de Bragança, Viseu, Viana do Castelo — o Centro Coordenador Operacional Distrital esteve sempre. Se reparamos, na composição da Comissão Distrital da Proteção Civil Nacional e o Centro Coordenador, os oficiais de ligação são praticamente os mesmo — com raras exceções, que muda ali um ou dois personagens — e portanto os Centros Coordenadores que, ao fim e ao cabo, são uma ferramenta que o Comandante Distrital tem, é mais operacional, sendo que a outra Comissão tem cariz mais político, Mas em todo o momento, aliás, o Presidente da Câmara Municipal de Góis — Góis ou Pampilhosa, mas penso que é Góis — que tivemos um incêndio que arrancou com muita força, esteve na iminência de ativar o Plano Municipal, depois entretanto o fogo teve um *volt face* muito interessante, conseguimos muscular muito aquilo, ao fim do dia estava praticamente resolvido, tendeu para dominado, e o Presidente de Câmara recuou e acabou por não ativar o Plano Municipal. Penso que disse isso quando estivemos reunidos na Autoridade, estou convencido que muitos dos senhores autarcas entendem «ativação do plano», associam aquilo como assunção de despesas: nada mais errado. É evidente que resulta daqui alguma responsabilidade, mas o objetivo primeiro não é esse, é, como a Sr.^a Deputada disse e bem, há um conjunto de meios que têm de ser disponibilizados e um conjunto de entidades que se têm de disponibilizar para concorrer para resolver o problema que, de outro modo, estão de fora, e portanto não se deve confundir Comissão com Centro Coordenador Operacional.

Quanto à «declaração de alerta», que está associada a esta, não se confunda com «estado de alerta especial», que a cada momento foi sempre determinado — como demonstrei na outra apresentação —, teve um ciclo de 26 dias seguidos, tivemos só 12 horas em que não esteve amarelo. Não

confundir um com o outro: o outro tem a ver com o facto do Presidente da Câmara, até um determinado nível, poder propor à tutela algum estado de alerta, pode declarar o estado de contingência e pode pôr para cima o outro, e portanto queria que, no aspeto dos estados, não os confundam.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Não estava a confundir, Sr. Comandante.

O Sr. Comandante **José Moura**: — Mas eu queria esclarecer que o estado de alerta esteve sempre determinado durante este período mais crítico.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Estava a falar precisamente porque é que não foi declarado nenhuma situação de alerta prevista na Lei de Bases, não o alerta especial.

O Sr. Comandante **José Moura**: — Porque foi entendido, a cada momento, não o fazer, os responsáveis a cada momento — seja a nível distrital ou municipal — entenderam não o fazer e que as condições que estavam reunidas o não obrigava. Eu, muito sinceramente, entendo que há sítios onde poderia ter acontecido, e não me teria chocado se tivesse acontecido. O Distrito de Viseu, em determinado momento, em questões da Serra do Caramulo — nós temos três incêndios no Caramulo, um a 22 de agosto, outro a 28 e 29, e a situação de dia 29 tinha condições para o poder fazer.

Outra questão colocada, que penso ser a questão mais pertinente que colocou, tem a ver com o Posto de Comando Operacional, e eu penso que a Sr.^a Deputada já na altura tinha falado nesta questão e na dificuldade que o meu antecessor, aqui no uso da palavra, também o tinha manifestado. O

Posto de Comando Operacional não tem que ser montado quando o incêndio é focado pela estrutura do INPC, em nenhum momento, este acompanha o Comandante das Operações e Socorro, em cada momento, a partir do primeiro momento, e vai evoluindo também. Ou seja, num primeiro momento é o Posto de Comando. Dizia e bem que «Os incêndios começam todos pequenos», eu digo que o ideal é aquele que se apaga com um copo de água ou com os pés. A partir do momento em que não se resolve de uma maneira nem de outra, já pode dar chatice e portanto a primeira equipa que chega lá — repito, 90% dos incêndios são aí resolvidos — e consegue resolver o incêndio, o comandante daquela equipa avoca a função de estratégia, tática e manobra; o Posto de Comando quem era? Era ele sozinho; aquilo vai-se complicando, vai tendo meios daqui e de acolá e o Posto de Comando vai evoluindo, e portanto o COS é única função obrigatória em todo o sistema. Ele tem que arregimentar para o seu Posto de Comando, cada momento, quem ele entende ser a pessoa mais útil. Eu quando fui para o Posto de Comando do Caramulo, quando avoquei o comando, rodei-me das pessoas que entendi serem importantes para resolver o problema. Antes de mim, estive no patamar distrital. O Sr. Comandante Distrital entendeu ter os que tinha, antes de mim era o Comandante de Tondela, portanto é evolutivo. Usou a expressão «dificuldade para envolver todos os agentes»: não. Quem comanda, a cada momento, cada operação, tem toda a legitimidade para avocar para junto dele e constituir o Posto de Comando ao nível que entende, podendo ter as pessoas que entender necessárias.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Sr. Comandante, refiro-me à dificuldade de, no ataque inicial, o Comandante sentir necessidade de ter um técnico florestal, quando em Municípios existem três, quatro, cinco, sete incêndios, de ter lá todos, até mesmo ao nível da GNR...

O Sr. Comandante **José Moura**: — Terá que ser ele a resolver.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Sabemos muitas vezes que um Comandante chama a GNR e não aparece. Há uma dificuldade óbvia para constituição do Posto de Comando.

O Sr. Comandante **José Moura**: — Está bem, mas mesmo que tenha mais que um incêndio na sua área de atuação própria, têm de ser estabelecidas prioridades. O Sr. Comandante de atuação própria tem que estar na situação mais complicada, abordar a situação mais complexa, e por isso é que nós, na outra apresentação que demonstrei, foram 28 equipas de Posto de Comando projetadas e constituídas para fora.

A Sr.^a **Isabel Oneto** (PS): — Mas há ou não essa dificuldade?

O Sr. Comandante **José Moura**: — Sinceramente aí, não entendo, porque cada um, a cada momento, tem que perceber de quem precisa. Há gabinetes técnicos florestais em todos os municípios — alguns intermunicipais — mas todos os municípios têm, portanto o Sr. Comandante local tem que ter essa capacidade de conseguir arrolar, a cada momento, quem entender: não está o técnico, tem de estar o adjunto do técnico, o adjunto do Presidente de Câmara, o Vereador, quem quer que seja. E, a cada momento, quando aquilo borregar, quando entender que esgotou tudo o que tinha ao seu alcance, tem que «chutar para cima», é o princípio da subsidiariedade. «Sr. Comandante Distrital, estou aqui com cinco incêndios, e é para dizer que isto já não é para mim». Eu era Comandante Distrital, tive comandantes que humildemente me disseram: «Sr. Comandante, agradecia que avocasse isto porque isto não é para mim,

já atingiu (...)» ou porque tenho cinco fogos no meu concelho, ou seis. Às vezes ia, noutras mandava outros Comandantes dos concelhos vizinhos, é uma gestão a cada momento e recordo que tivemos dias com 400 incêndios e significativos! Acredito que, num caso ou noutro, possa haver essa dificuldade, mas não aceito que cada um não assuma a sua responsabilidade.

Sr. Deputado Miguel Freitas, a questão do período crítico. É o ICNF que o determina e está orientado para o período do verão — de julho a 30 de setembro. A questão parece-me pertinente, temos a possibilidade de o prolongar. Este ano estive em cima da mesa seis condições em outubro, tem de ser sede de portaria, e o período crítico pode prolongar. Nós, Autoridade, no que nos diz respeito, definimos na própria circular que não há período de incêndios. Todo o ano é período de incêndio florestais — em 2012 tivemos janeiro e fevereiro com muitos incêndios florestais — e nós já atribuímos o pagamento da circular financeira para ressarcimento dos corpos de bombeiros, que já prevê todo o ano. Há aqui um entendimento que os incêndios já... E cada vez menos, a tal Cimeira na Polónia, do clima, demonstra que o que vamos ter em curto prazo não são dias melhores e, como eu dizia, também na Austrália, em 2030 preveem ter o dobro dos bombeiros por força das alterações climáticas. Julgo que tenderá mais para aí, esta questão do período crítico está definido, ponto. E é sempre período crítico porque, a este, está associado um conjunto de proibições, tem um bocado a ver com isso — circular nas matas, etc. — e portanto, com uma redação e outro espírito, mas é uma questão pertinente.

Depois outra questão: como é que resolvemos? Propostas não são difíceis, mas associadas a elas estão implicações financeiras, porque eu não tenho dúvida que, num distrito como Vila Real, Viana do Castelo e até como Viseu — ainda que só com 30 corpos de bombeiros mas tem uma procura operacional permanente — que isto, no futuro, vai ter que ter uma

Companhia profissional. Proporia, por exemplo, o alargamento da FEB (Força Especial de Bombeiros). Quer dizer, não vale a pena estar a mandar grupos para cima e para baixo, com os custos inerentes que isto tem — este ano, a mobilização dos grupos custaram 1 milhão de euros ao erário público. Um milhão! O que é que custará menos? Ter uma companhia de 40 ou 50 homens da força especial de bombeiros? Se tem que haver reconhecimento dos senhores autarcas locais, «Não conseguimos responder a Viana do Castelo desta maneira», então se calhar, o Estado tem que assumir uma parte do problema e dizer: «Temos um problema estrutural neste sítio que está identificado.». Então temos que projetar uma força, não é lá ir apagar o fogo, é lá ir instalá-los, pelo menos, no período de verão. Esta é uma medida que eu acabei por fazer de forma indireta — repositonar lá GRUATAS e GRIFS — que foi dar no mesmo, é outra forma do dinheiro chegar. Em planeamento, se calhar, o ideal é dizer logo à cabeça: «Já sabemos que vamos ter ali problemas, vamos lá colocar os meios.» Uma outra será as Equipas de Intervenção Permanente, também criadas em 2006/2007, que hoje é reconhecido que é uma medida que querem repetir e é um compromisso que há entre a Administração Central e Local, que é: a Autoridade paga 50% a estas equipas e as autarquias assumem os restantes 50%. São equipas de cinco homens que estão nos municípios. Se calhar, é outra via de chegarmos lá, porque ainda não há reconhecimento — mas que penso que no futuro haverá —, os números que tinha como operacionais e bombeiros que temos disponíveis é o que é, mas a tendência, até por força deste período mais crítico — há muitos bombeiros que também emigraram e há dificuldades em alguns sítios —, não tenho dúvidas que esta via da profissionalização ou complementar com alguma parte profissional — seja através das EIP (equipas de intervenção permanente), através do aumento da FEB ou através de qualquer mecanismo que venhamos a encontrar, dos GIPS, do que quer que seja —

não tenho dúvidas que é este o caminho para uma resposta em tempo útil, porque os Srs. Deputados vêm de várias origens do território e não podemos estar na circunstância de «Porque eu moro no sítio A, estou mais protegido que no sítio B». Lisboa tem um Regimento que responde, se for na província, tenho que estar sujeito a tocar a sirene, vem um bombeiro voluntário a correr e se o patrão deixa sair do emprego ou não deixa... Cada vez mais, este é o paradigma que tinham os bombeiros do século XX e tem que acompanhar o XXI, sendo diferente. Não faltarão aspetos que penso que podemos melhorar.

Ainda nos comandantes, há pouco quando falei no Comandante Municipal, gostava de recordar: nós, os comandantes que temos, não são os que queremos, são os que mandam da Sociedade Civil, e recordo que qualquer um dos Srs. Deputados vai à Escola Nacional de Bombeiros, faz um curso de quatro semanas e pode comandar um incêndio como no Caramulo ou Tavira, o que não me parece... Defendo que, para quem tem o percurso de bombeiros desde a sua origem — faz o percurso normal e chega a elemento de comando e depois faz um curso de quatro semanas para ser comandante —, parece-me razoável. Agora fora quem é do sistema, porque uma Direção foi assumida em Freixo de Espada-à-Cinta ou noutra qualquer e depois propõe para comandante o primo, o enteado, ou não sei quê; vai à escola, faz o curso... Não, acho que deve haver um semestre ou um período para dar lastro, porque depois somos confrontados com Comandantes em alguns sítios que, enfim, é o que é. Não digo que é mau ou bom, é o que é, é o que há, e penso que é um ponto, no desafio que me fizeram, que temos margem para evoluir até no âmbito legislativo, porque hoje — quase que me permitiria dizer — é fácil ser comandante de um corpo de bombeiros, desde que proposto. A Autoridade Nacional só homologa. Desde que reúna as condições, vai fazer o curso a Sintra, está dentro do parâmetro da idade, não vai homologar porquê? Quem têm

competência de nomear as Direções de corpos de bombeiros, as Associações de Utilidade Pública Administrativa de direito privado e portanto há sempre aqui... Não é fácil. Também não pode ser por decreto dizer: «O senhor, que é uma Associação de direito privado, tem que ter como comandante fulano tal», também não é fácil, mas se conseguirmos obrigar que, quem não é do sistema, que não faz parte nem tem origem num corpo de bombeiros, que tenha que ter uma formação, quase que obrigar a passar por um verão, ver um fogo, perceber o que é queimar as pestanas, penso que é importante.

Na outra questão do Sr. Deputado Miguel Freitas, na relação CADIS/CODIS eu reconheci que temos que melhorar para deixarmos de ter as 18 ilhas, mas eu hoje não tenho que lidar com 18 comandantes distritais, em termos de comando e controlo falo com quatro ou cinco unidades, sendo que, depois, cada comandante depois fala com quatro distritos. Em termos de comando e controlo, há uma vantagem imensa — disso não tenho dúvidas — mas há que melhorar o funcionamento, sim. E este ano, que foi um ano com esta dimensão, percebemos algumas fragilidades, até na comunicação. Depois colocou a questão dos Governos Civis, penso que já respondi, penso que o patamar a nível distrital, que é o comandante de agrupamento na parte operacional, vai ter que avocar. Depois aquela parte política que tinham os senhores governadores civis — penso que a Sr.^a Deputada desempenhou essa função — era um Ministério de influência, ao fim e ao cabo, de ligação: pegar no telefone e ligar para aqui e para acolá. Hoje o comandante distrital faz isso da parte operacional muito bem e tem uma ligação muito boa com os Presidentes de Câmaras Municipais, isso não tenho dúvida. Uns terão mais que outros e uns têm esse trabalho bem feito, outros nem por isso. A minha determinação operacional foi que todos os comandantes, até 30 de abril, têm que ter as

uniões com os três pilares com todos os seus autarcas, por força da janela de oportunidade da mudança dos autarcas que ocorreu este ano.

Quanto ao gabinete de comunicação, acho que é interessante porque há quem venda muito bem a sua imagem e nós, de facto, não somos os melhores nesse aspeto. A Autoridade tem um gabinete de relações públicas, mas acho que, por exemplo, o INEM faz isso muito bem. Desculpar-me-ão a ousadia, mas se ajudarem uma velhinha atravessar a estrada, eles conseguem pôr isso nas notícias, enquanto nós fazemos 99 coisas por dia bem-feitas — «nós», estrutura de Norte a Sul do país — fazemos 3500 ações de socorro por dia, algumas delas com risco imenso, porque esta é uma atividade de risco, e não produzimos isso. Eu posso estar a ser um pouco contra o meu próprio serviço, mas acho que o meu gabinete de comunicação... Eu não sinto que tenha falta, sinto é que faz falta.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Sr. Comandante, muito obrigado pela sua colaboração, passou um pouco o tempo mas valeu a pena, todos concordamos. Agradeço a sua colaboração com este Grupo de Trabalho e colaboração com a Assembleia.

Eram 12 horas e 37 minutos.